



SEGUNDO MANDATO

Mauro Mendes monta governo para realizar mandato histórico

Foto: SecomMT



Governador encara segundo mandato como oportunidade de fazer de Mato Grosso o principal polo de desenvolvimento do país - **Pág. 5**

RIQUEZA MINERAL

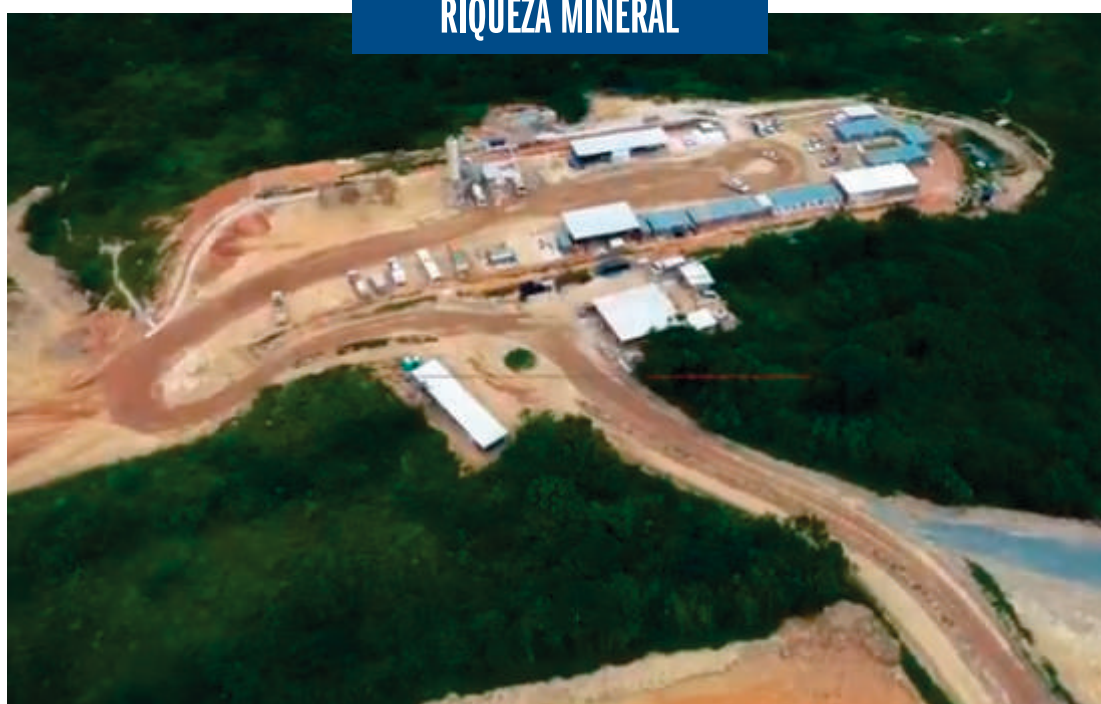


Foto: Reprodução Nexa

Mato Grosso expande áreas de mineração e trona-se potência econômica

À parcela de participação de Mato Grosso no setor de mineração é considerada pequena em relação a outros estados do Brasil, representada por um percentual inferior a 2%.

Em 2022, a Assembleia Legislativa do Mato Grosso aprovou a proposta do governo que prevê a taxação da atividade de mineração no estado, com a previsão de arrecadação de R\$ 158,8 milhões. O projeto começa a valer a partir de 1 de abril de 2023 e terá que ser revisto em 2024. **Leia mais na página 7**

ILEGALIDADE E SEM RESSOCIALIZAÇÃO

Presos com direito a cela especial são transferidos para ala dos bandidos mais perigosos do Estado

Raio 8 da PCE prevê que detentos fiquem 22 horas por dia encarcerados e não tem projetos de ressocialização

Pág. 4

LAWFARE DESCARADO

Prefeito de Cuiabá sofre perseguição jurídica e política por parte do MPE

A série de ações baseadas em denúncias e suspeitas nunca provadas pelo Ministério Público Estadual contra a área

Foto: SecomCuiabá



de saúde e mesmo familiares de Emanuel Pinheiro não deixam dúvidas de que são feitas para constranger o prefeito cuiabano, adversário político do governador Mauro Mendes - **Pág. 7**

CHARGE DA SEMANA

DISPUTA PELA PRESIDÊNCIA DA AL/MT: De igual pra igual...

Popular



Fied.



Leandro Facchin
Advogado especialista em Direito Processual Civil
pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

“ É necessário que o produtor rural esteja atento e busque o auxílio de profissionais especializados que irão no encalço de reduzir e adequar a multa arbitrada à revelia dos critérios legais

”

A Multa Ambiental e a Reavaliação dos Critérios

Em Mato Grosso, a fiscalização das propriedades rurais pelos órgãos de proteção ao meio ambiente vem se expandido cada vez mais, o que se afigura necessário à garantia do meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito do cidadão brasileiro nos termos do art. 225, da nossa Constituição Federal.

E por lógica, todo esse rigor da fiscalização ambiental traz consigo a autuação do infrator e a imposição de multas administrativas que, não raramente, superam o valor da propriedade, sendo que em alguns casos, essa multa pode alcançar o dobro ou até o triplo do valor comercial do imóvel, o que torna impossível o pagamento, mormente pela correção e pelos juros incidentes sobre o débito.

Ocorre que no momento da autuação, os técnicos ou servidores responsáveis estipulam o valor da multa de acordo com critérios objetivos previstos no Decreto nº 6.514/2008, como por exemplo o do art. 50, que prevê o valor de R\$ 5.000,00 por hectare de floresta ou outro tipo de vegetação nativa eventualmente suprimida ou danificada, utilizando-se de simples cálculo, que multiplica o número de hectares pelo valor atribuído pela lei. Assim, em um caso hipotético, se a área objeto da autuação contém 100 hectares, esse valor é multiplicado por R\$ 5.000,00, cujo resultado é uma multa no importe de R\$ 500.000,00.

É necessário esclarecer que, em casos como o acima narrado, o servidor responsável pela autuação, invariavelmente não leva em consideração os critérios legais que permitem a redução da multa aplicada, os quais encontram previsão no art. 6º, da Lei nº 9.605/1998 e no art. 4º, do já citado Decreto nº 6.514/2008, sendo eles: a gravidade do fato, os antecedentes do infrator e a sua situação econômica.

Em casos assim, é imprescindível que o suposto infrator/autuado demonstre em sua defesa administrativa, mediante os meios de prova admitidos (perícias, estudos técnicos, documentos, etc.) a ausência de razoabilidade e proporcionalidade na aplicação da multa, tendo em vista a não observância dos critérios de redução da sanção pecuniária. E mesmo que a



Foto: Liandada Adobe Stock

autoridade julgadora confirme o valor arbitrado no momento da autuação ou o majore, o infrator ainda poderá se valer do ingresso da ação judicial competente, uma vez que o Poder Judiciário pode e deve fazer o controle das decisões administrativas que não obedecem aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade no momento da fixação da multa administrativa, posição adotada pelo Superior Tribunal de Justiça em seus julgados, como por exemplo no AgInt no AREsp n. 811.581/RS, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho.

Em que pese a multa administrativa também seja dotada de natureza punitiva, tal punição não pode ser um óbice à continuidade da atividade desenvolvida na área objeto da autuação, sob pena de prejudicar a subsistência das pessoas que dela de-

pendem, mormente em se tratando de pequenos produtores, que por vezes acabam por infringir a lei ambiental por desconhecimento e sem gravidade, não trazendo prejuízos para a saúde pública e para o meio ambiente.

Ademais, constantemente, a multa administrativa ambiental vem acompanhada da lavratura do termo de embargo da área objeto da autuação, cuja liberação (desembargo) dependerá, em grande parte, da recuperação da área degradada, o que acrescentará novos custos, tornado excessivamente oneroso para o produtor rural.

Assim sendo, é necessário que o produtor rural esteja atento e busque o auxílio de profissionais especializados que irão no encalço de reduzir e adequar a multa arbitrada à revelia dos critérios legais, sob pena de colocar em risco a continuidade de suas atividades.

Leandro Facchin é advogado,
ex-vice-presidente da Comissão de Direito Agrário da OAB-MT e especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – E-mail: leandro.facchin@irajalacerdaadvogados.com.br

EDITORIAL

Mato Grosso torna-se referencia por modelo inovador de transferência

Mato Grosso se tornou referência nacional ao propor o modelo inovador de transferência do controle da BR-163 da Rota do Oeste para o Governo do Estado, por meio da MT Participações e Projetos (MT Par), sociedade de economia mista.

Dos mais de 800 km de rodovia que ligam Mato Grosso de Norte a Sul, a Concessionária Rota do Oeste, que detinha o controle da BR-163 desde 2013, se com-

prometeu em duplicar 450 km de estrada. No entanto, só entregou 120 km. A via passou, então, a ser conhecida como a “rodovia da morte”, em função do grande número de acidentes que acontecem diariamente no trecho.

A proposta recebeu aval do Tribunal de Contas da União (TCU) e aguarda acordo de renegociação das dívidas da concessionária junto às instituições financeiras para ser selado definitivamente pelo governo.

Maykom Milas

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR
Maykon Milas

DEPTO COMERCIAL
3052-6030 / 3052-6031

FOTOS
Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE / DIAGRAMAÇÃO
Kleber Simioni

CHARGE
Fred

PAUTA
redacaocopopular1@gmail.com
admcpopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA FOGO**Traição pode assombrar a AL**

Informações obtidas com exclusividade pelo Jornal Centro Oeste popular apontam que alguns deputados vêm tentando cooptar apoio de outros parlamentares com promessas nada republicanas, inclusive financeiras. Conforme nossa fonte com confiabilidade fidedigna, uma das surpresas que podem aparecer na eleição da Mesa Diretora é o grande empreiteiro e deputado Nininho, um dos maiores empresários da construção do Centro Oeste. Vamos aguardar para ver se realmente se comprovará o fogo amigo, bem como quem levará a "bolada nas costas".

Gilberto Figueiredo a todo vapor

O secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo, vem fazendo jus a confiança depositada pelo governador Mauro Mendes, inclusive, trabalhando mais de 10 horas diariamente para garantir um atendimento digno à população, principalmente aquela assistida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ele que já comandou a Pasta retornou ao posto em janeiro, devido à competência comprovada, e vem desenvolvendo um trabalho invejável, colocando os repasses aos municípios em dia e investindo na construção e reforma das unidades hospitalares em todos os municípios mato-grossenses.

Sintep X militarização

Um dos grandes questionamentos hoje da sociedade mato-grossense, é o por que do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT) ser contrário à militarização das escolas estaduais, que vem se comprovando um sucesso, com melhora significativa no ensino, principalmente com a obrigatoriedade dos pais na vida escolar.

Audiência que virou baderna

A revolta do Sintep com a militarização das unidades escolares ficou clara na semana passada durante a discussão para que a escola estadual Adalgisa Barros, em Várzea Grande, fosse militarizada. Na audiência pública para debater o assunto, o que se viu foi um tumulto, que culminou com o cancelamento da audiência. Faz parecer que o Sintep não aceita que o ambiente escolar seja de ordem, com um sistema de ensino que realmente eduque os estudantes.

Opinião contra

O deputado federal eleito Fabio Garcia (União) detonou na semana passada, o debate sobre a criação de uma moeda comum entre Brasil e Argentina, proposta pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Para ele, o Governo Federal deveria focar nas discussões sobre "criação de empregos, reduzir a inflação e cortar impostos" no país. Por fim, o deputado classificou o debate como "ultrapassado" e ainda fez um alerta para que os "desmandos da Argentina" não recaiam nas costas dos brasileiros.

DIEGO GUIMARÃES**“Eu continuarei cuidando do dinheiro público, agora do dinheiro que é gasto do Poder Executivo estadual”**

Diego Guimarães foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicanos. Em entrevista ao Jornal Centro-Oeste Popular e fala sobre como será sua linha de atuação, atuação do STF, prioridades e para a 20ª Legislatura.



“É difícil falar de extrapolação sem que você conheça os processos, as provas, aquilo que está no bojo de qualquer demanda que é julgada por um juiz”

Regina Botelho | Da Redação

Centro Oeste Popular - Qual vai ser sua linha de atuação na Assembleia Legislativa?

Diego Guimarães – A nossa grande linha de atuação que nos trouxe à Assembleia Legislativa foi a fiscalização, mostrar para a sociedade que o parlamentar não tem apenas a função de produzir leis, mas também de fiscalizar. De cuidar do dinheiro público. Eu continuarei cuidando do dinheiro público, agora do dinheiro que é gasto do Poder Executivo estadual, mas também cuidando daquilo que a gente possa auxiliar nos municípios, a boa aplicação do dinheiro público. Cuiabá é uma dessas cidades. Em Cuiabá não deixaremos de estar ao lado da população, fiscalizando os gastos feitos pela gestão Emanuel Pinheiro e zelando por aquilo que vem do suor do trabalhador. O dinheiro público ele não é um dinheiro que não é de ninguém. É um dinheiro que cada trabalhador mato-grossense paga de imposto, então a principal marca que pretendemos manter na nossa atuação parlamentar é a atividade fiscalizatória.

CO Popular - O senhor vai ser oposição ou da base do governo?

Diego Guimarães – Esse rótulo oposição e base é bem injusto em determinado momento. Eu vou ser independente, não quero essa rotulação de base ou oposição. Tanto é que na Câmara mesmo como vereador sempre dizia isso. Sempre disse que minha atuação era de vereador coerente, procurando ser independente na minha atuação. O que é bom pra Cuiabá sou a favor e o que é ruim sou contra. E da mesma forma será na Assembleia Legislativa. O que eu entender que é saudável à população mato-grossense vou votar favorável, e o que entender que não atende o anseio da sociedade vou votar contrário. Muito embora nosso partido seja o mesmo do vice-governador, esse respeito à independência do parlamentar na sua atuação é fundamental. E é assim que pretendo atuar.

CO Popular - Como o senhor está vendo a atuação do STF, há uma extrapolação nas decisões que vem sendo tomadas?

Diego Guimarães – É difícil falar de extrapolação sem que você conheça os processos, as provas, aquilo que está no bojo de qualquer demanda que é julgada por um juiz. Falar que há extrapolação sem conhecer o que existe no processo é temerário, confesso que não consigo dar uma opinião sobre um assunto que não conheço suficientemente, especialmente sobre uma decisão judicial, que tem que ser embasada em provas, tem que ser embasada em dados, e por não conhecer prefiro nem opinar sobre essa questão do STF.

CO Popular - O senhor já tem algum projeto a ser apresentado na AL?

Diego Guimarães – Sim. Temos alguns que pretendemos levar de imediato. O primeiro deles é o que garante ao público autista a validade por tempo indeterminado de atestados médicos que constatem o autismo. A questão da educação inclusiva sempre foi uma pauta na nossa atuação parlamentar e o cuidado com as pessoas com deficiência. O autismo é uma das maiores ocorrências hoje que temos visto em identificação de deficiência dentro da sociedade. Também pretendemos trabalhar com um projeto de lei que melhore e traga mais celeridade à regularização fundiária no Estado de Mato Grosso, trazendo as certificadoras privadas para dentro do processo de regularização fundiária e também queremos muito participar da comissão que irá acompanhar a intervenção que houve na saúde de Cuiabá. São iniciativas que pretendemos ter logo nas primeiras semanas enquanto parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

CO Popular – O senhor já consegue analisar, ter um panorama, dos primeiros dias de gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva?

Diego Guimarães – O Lula, cada vez que ele se posiciona, mais parece que ele ainda está em eleição. Vejo muitos erros antes da posse e pós-posse do presidente Lula. E tenho muito medo do cenário futuro com a manutenção dessa linha de atuação e posicionamento em relação a políticas públicas que o Lula vem trazendo. As pequenas e grandes ações dele vêm demonstrando a irresponsabilidade fiscal que ele pregou, o fim do teto dos gastos, o gasto excessivo fora do limite do que é arrecadado pelo Estado, que não tem receita de bolo que per-

mita se gastar mais do que aquilo que você arrecada. O Lula, na minha visão, os primeiros dias de governo tem sido desastrosos, vendo cada vez mais ministérios sendo aparelhados com partidos políticos para garantir uma base aliada no Congresso Nacional, é a volta daquilo que tínhamos, o aumento do número de ministérios também foi um grande equívoco da gestão Lula, a sua posição frente à política internacional, de querer ser o pai da Argentina, o pai da Venezuela, pagando essa pensão com dinheiro dos brasileiros, via BNDES, Banco do Brasil e outras instituições financeiras nacionais, são preocupações que temos. Lula precisa olhar mais pelo Brasil, pelo equilíbrio fiscal, pela diminuição das taxas de juros, não afugentar capital internacional e garantir a geração de emprego e equilíbrio na economia nacional. O brasileiro é trabalhador, ele se desdobra em 20, mas precisa de um território fértil para que possa atuar. E eu vejo que o Lula tem sido extremamente desastroso em seus posicionamentos e nas políticas públicas que ele está propondo nesse primeiro mês de governo.

CO Popular – Em 2024, o senhor tem a intenção de colocar o seu nome à disposição dos eleitores cuiabanos e disputar o Alencastro?

Diego Guimarães – Já há um pedido do Republicanos para que o nosso nome seja colocado como possível candidato a prefeito, mas eu disse ao Valmir Moretto, deputado, e aos vereadores da Capital que tem me procurado, que ainda é muito cedo para que discutamos isso. Uma garantia eu tenho, que dos remanescentes daquele grupo de 2020 sairá um candidato para prefeito de Cuiabá, e os remanescentes que eu digo são os vereadores que à época disputaram a prefeitura. Aqueles que o apoiaram e aí eu cito o Abílio Júnior, o Felipe Wellaton, o Dilemário Alencar, o Marcelo Bussiki, e também os novos que chegaram na Câmara e que feito uma atuação conjunta conosco. Agora o Felipe Correa assume, Maysa Leão já está lá dentro, temos também o Demilson Nogueira, Eduardo Magalhães, o Sargento Joelson que aderiu recentemente ao nosso grupo. Você percebe que é um grupo político que vem crescendo e certamente vai estar com uma musculatura política preparada, que conhece Cuiabá como poucos, para lançar qualquer desses nomes como candidato a prefeito da Capital.

CO Popular – Quais são as suas prioridades nesse primeiro semestre como deputado estadual?

Diego Guimarães – A prioridade número um será fiscalizar e estar próximo da saúde, não só da saúde do Estado, mas principalmente da nossa Capital. Nesse pequeno espaço de tempo entre eleição e posse percebi que a saúde do interior precisa de uma atenção redobrada, seja nos municípios, seja nos hospitais regionais, então farei nesses primeiros seis meses um pente fino, estando próximo da saúde de nosso Estado. No mais, vou procurar ajudar a fazer as primeiras proposições diante de todas as pautas que nos comprometemos com a sociedade no período eleitoral. A prioridade número um é cumprir todos os compromissos do período eleitoral dentro do tempo que estiver na Assembleia e logicamente não podemos perder tempo e deixar isso para o último ano. Então desde logo vou buscar cumprir todos os compromissos assumidos com a sociedade.

“O autismo é uma das maiores ocorrências hoje que temos visto em identificação de deficiência dentro da sociedade”

Sempre disse que minha atuação era de vereador coerente, procurando ser independente na minha atuação. O que é bom pra Cuiabá sou a favor e o que é ruim sou contra”

ILEGALIDADE E SEM RESSOCIALIZAÇÃO

Presos com direito a cela especial são transferidos para ala dos bandidos mais perigosos do Estado

Raio 8 da PCE prevê que detentos fiquem 22 horas por dia encarcerados e não tem projetos de ressocialização

Da Redação

Presos que possuem nível superior e estão detidos no Centro de Custódia de Cuiabá (CCC), anexo ao antigo presídio do Carumbé, foram transferidos para o raio 8 da Penitenciária Central do Estado (PCE), no bairro Pascoal Ramos. A transferência fez parte de uma estratégia do Governo do Estado que desativou o Centro de Ressocialização de Cuiabá e o CCC nos últimos dias.

A transferência dos presos com direito a "cela especial" gerou polêmica. Advogados e familiares de presos não concordam com a ação do Governo, já que fere direitos dos detentos e, no caso de advogados, as prerrogativas inerentes à profissão.

Isso porque, em portaria publicada em setembro de 2022 no Diário Oficial do Estado, a Secretaria de Segurança Pública determinou que no "Raio 8" ficarão detidos os bandidos de alta periculosidade. Toda estrutura do raio e das celas foi montada para este tipo de detento. "Por suas características físicas e de localização, destinam-se à custódia provisória ou execução de pena privativa de liberdade de presos considerados de alta periculosidade, que possuem participação em facções criminosas, que possam ser objeto de resgate ou arrebatamento, que possuam atuação de liderança negativa, violenta ou de extorsão, entre outros crimes, perante o restante da massa carcerária, de forma que seja evitado o engendramento e a organização de crimes a serem praticados dentro e fora do ambiente carcerário, bem como, a organização e custódia de presos sob severa ameaça de morte ou que, pela impossibilidade de convivência ou pela sua condição pessoal, estejam com indícios de atentados contra a sua vida", diz o parágrafo único da portaria.

O raio 8 prevê monitoramento de áudio e vídeo, inclusive no parlatório. Também prevê cela individual para os presos e banho de sol de 2 horas por dia. Vale lembrar



Centro de Custódia de Cuiabá (CCC), anexo ao antigo presídio do Carumbé

que, no antigo CCC já ficaram presos "ilustres" do Estado, como o ex-governador Silval Barbosa, os ex-deputados José Riva, Mauro Savi e Gilmar Fabris, além de ex-secretários, como Pedro Nadaf, Eder de Moraes Dias, Permínio Pinto.

O advogado Artur Osti, que advoga para presos que foram alvo da transferência, vê ilegalidade por parte do Poder Executivo em encaminhar detentos do CCC para o Raio 8. "Não só a transferência de presos do CCC para o Raio 8 da PCE, como também a manutenção de presos da própria PCE naquele raio, é manifestamente inconstitucional. A SESP criou no Raio 8 da PCE, por intermédio de simples portaria, um regime de cumprimento de pena mais grave que aquele que é imposto à quem se encontra preso nos presídios federais em Regime Disciplinar Diferenciado. Manter alguém recolhido em cela individual, por 22 horas diárias, afronta não só a Constituição Federal, como também tratados internacionais afetos à execução da pena dos quais o Brasil é signatário", colocou.

Apontou ainda que chega a ser contraditório alocar detentos com direito a cela especial no raio que deveria ser destinado aos bandidos mais perigosos do Estado.

"Pessoas com nível superior, a quem deveria ser assegurada cela especial, nos termos da lei, sequer presos em definitivo, acusados da prática de crime sequer cometidos mediante

emprego de violência, estão recolhidos em regime prisional mais grave do que aquele que estariam se não tivessem direito à cela especial", completou.

O Presidente da Comissão de Direito Penal e Processo Penal da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Mato Grosso (OAB-MT), o advogado Leonardo Nunes Bernazzolli explicou ao JIAGORA que a desativação do CRC e do CCC já estava prevista e vinha sendo dialogada entre o Governo do Estado e entidades vinculadas ao sistema, como Judiciário, OAB-MT e Conselhos da Comunidade.

"Todos tinham ciência da necessidade e do planejamento do fechamento dessas unidades. Ficou estabelecido no TAC que previa a reestruturação do sistema prisional de Mato Grosso. Isso acontece porque essas unidades não ficam mais em zonas periféricas, como eram quando foram criadas. Então, por uma questão de segurança da comunidade ficou definido que ocorreria o fechamento dessas unidades", afirmou.

Porém, segundo Bernazzolli, o fechamento neste início de ano não foi comunicado aos "atores envolvidos" e sequer planejado de forma adequada pelo Poder Executivo. "Todos nós fomos tomados por surpresa com fechamento dessas unidades, uma vez que não havia um preparo prévio para que outras unidades recebessem um contingente maior de segregados", colocou.

Em relação aos presos com direito a cela especial, o advogado afirmou que não tem, em nenhum presídio do Estado, estrutura para garantir o que a lei estabelece. "Tanto a Agameon, em Várzea Grande, quanto a PCE não possuem a estrutura que as duas unidades fechadas tinham, principalmente no quesito de ressocialização, com atividades voltadas à ressocialização do segregado", citou Bernazzolli, que colocou que as duas unidades que estão recebendo detentos não têm as atividades ressocializadoras que possuíam o CRC e o CCC.

Leonardo Bernazzolli admitiu que houve vitória por parte da OAB e de outras entidades ao raio 8. Porém, ficou constatado que o local não é adequado para receber detentos com direito a cela especial. "Esperamos adotar providências em breve para solucionar essa situação. Hoje não existe cela especial. O raio 8 da PCE não atende as condições e não temos, na comarca de Cuiabá e Várzea Grande, a sala de Estado Maior", frisou.

OUTRO LADO



Foto: Reprodução

A Secretaria de Segurança Pública, por meio de nota, admitiu não haver cela especial após o fechamento do CCC. Neste caso, a legislação prevê que os detentos ocupem celas distintas em estabelecimentos prisionais comuns. No entanto, a Sesp não comentou sobre o fato de presos com direito a cela especial terem sido encaminhados para o raio destinado a facionados.

Íntegra da nota da Sesp:

"O artigo 295 do Código de Processo Penal (CPP) prevê que, na falta de unidade específica para presos com direito a prisão especial, os mesmos poderão ser custodiados em celas distintas de estabelecimentos prisionais comuns. Por questões de segurança, a Secretaria de Segurança Pública, por meio da Secretaria-adjunta de Administração Penitenciária (SAAP) não se manifesta indicando para quais unidades as Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs) foram transferidas. Informa ainda, que todas as comunicações de praxe foram realizadas aos poderes que integram a gestão e o cumprimento da legislação penal."

AÇÕES SOCIAIS EM ALTA

Primeira-dama mostra prestígio e é atendida em Brasília por três ministros em menos de 30 dias

As audiências aconteceram nos ministérios da Mulher, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social

Regina Botelho | Da Redação

A primeira-dama de Cuiabá, Márcia Pinheiro (PV), mostrou prestígio com a nova administração do Governo Federal ao ser recebida, na capital federal, em apenas 27 dias. O trânsito livre em Brasília deve se refletir em conquistas para a população cuiabana, em especial a mais vulnerável.

"Estamos felizes de conseguir essas audiências em Brasília, logo nos primeiros dias, porque muito da nossa agenda social em Cuiabá está em consonância com programa de governo do presidente Lula", frisou Márcia Pinheiro.

As audiências aconteceram nos ministérios da Mulher, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, em especial, o comando do ministro Wellington Dias.

Nessa agenda foi apresentado o programa Prato Cheio, da Prefeitura de Cuiabá, idealizado por Márcia Pinheiro, que tem o objetivo de assegurar a alimentação social em 20 pontos, por toda Cuiabá, ao preço de R\$ 2,00, e que distribuirá refeições para 26



Primeira-dama Márcia Pinheiro, ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias e a secretária de Assistência Social, Hellen Ferreira

mil pessoas por quatro regiões da Capital.

O programa foi visto com bastante entusiasmo pela equipe ministerial dado que a matriz em construção, denominada "Segurança Alimentar no Ambiente Urbano", caminha para atacar o combate à fome, sendo uma das principais metas do governo Lula.

São beneficiários prioritários do Programa mulheres chefes de família (famíli-

as monoparentais chefiadas por mulheres com crianças de 0 a 6 anos de idade); pessoas com deficiência, idosos e pessoas em situação de rua.

A família que se encontra em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, ou seja, esteja com dificuldade de adquirir com regularidade, alimentos e que



"Cuiabá de Prato Cheio" é mais uma ação da Prefeitura voltada ao atendimento da população em situação de vulnerabilidade social

atende aos critérios como: possuir renda familiar igual ou inferior a meio salário mínimo por pessoa da família; estar em situação de insegurança alimentar; estar inscrito no Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal- CadÚnico e residir em Cuiabá.

A execução dos serviços pelos estabelecimentos credenciados acontecerá de segunda a sábado, com horário para distribuição dos alimentos das 11 às 14 horas, exceto em feriados.

Na oportunidade, Márcia apresentou ao ministro o convite ao presidente Lula vir a Cuiabá para o lançamento oficial do Prato Cheio, já que existe a possibilidade do chefe do Executivo confirmar uma agenda em Mato Grosso ainda neste trimestre.

"O presidente pode vir a Mato Grosso para lançar o Bolsa Família, em fevereiro, e solicitamos ao ministro esse convite para aproveitar e vir a Cuiabá para o lançamento desse programa que é a cara desse novo governo que busca erradicar a fome e diminuir a desigualdade social no Brasil", contou a primeira-dama.

SEGUNDO MANDATO

Mauro Mendes monta governo para realizar mandato histórico

Governador encara segundo mandato como oportunidade de fazer de Mato Grosso o principal polo de desenvolvimento do país

■ | Da Redação

Reeleito no primeiro turno das eleições pasadas com nada menos que 1.114.549 votos (68,45% do total), o governador Mauro Mendes (UB) assumiu o segundo mandato em uma situação privilegiada em relação aos demais estados do país: Mato Grosso conta, neste momento, com todas as condições básicas em estágio ideal para se tornar nos próximos quatro anos o principal polo de desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O próprio governador reconheceu no dia da sua segunda posse no cargo de Chefe do Executivo estadual que "hoje, temos o Estado entre os melhores do Brasil" e que para impulsionar o salto definitivo para a liderança no crescimento, basta assegurar que a gestão avance ainda mais na sua eficiência. "Nosso grande desafio agora será o da eficiência. O tema da eficiência estará muito presente nos próximos quatro anos, para entregar políticas públicas e serviços de maior qualidade aos nossos cidadãos", afirmou Mendes.

Para assegurar as metas, Mauro Mendes optou por manter ao seu lado no primeiro escalão a maioria dos secretários de estado que o ajudaram a colocar em ordem a casa no primeiro mandato. Das 17 secretarias, em 13 os titulares foram mantidos e já tem larga experiência nas suas áreas.

O governador explicou que não pretende relaxar com o sucesso do mandato passado e que vai cobrar de forma dura um desempenho ainda maior de todos. "Temos que entregar muito mais resultados, pois todos estão recebendo um Estado muito melhor do que pegamos em 2019. Isso aumenta a responsabilidade. Tenho certeza de que posso contar com a competência, o empenho, lealdade, determinação e a coragem que marcaram nosso primeiro mandato, para que todos os mato-grossenses tenham ainda mais orgulho de viverem nesse Estado", argumentou o governador.

O primeiro escalão de Mendes neste segundo mandato é composto por um quadro de secretários muito forte e com excelente



Para assegurar as metas, Mauro Mendes optou por manter ao seu lado no primeiro escalão a maioria dos secretários de estado que o ajudaram a colocar em ordem a casa

trânsito e reconhecimento nos meios políticos. Nomes como os dos secretários Rogerio Gallo, da Fazenda, Mauro Carvalho, da Casa Civil, Alan Porto, na Educação, Laice de Souza, na Secom-MT, Marcelo Oliveira, na Infraestrutura e Logística, Gilberto Figueiredo, na SES-MT, se aliam à figuras públicas já aprovadas nas urnas como o professor e ex-deputado Alan Kardec, na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e ex-deputada federal Tetê Bezerra na secretaria de Agricultura Familiar, por exemplo.

Essa equipe, que vem sendo chamada de "dream team do Piaçuá" ainda conta com figuras experientes em suas áreas como o Coronel Cesar Augusto Roveri no comando da Secretaria de Segurança Pública (SESP); o economista Paulo Farias na Controladoria Geral do Estado (CGE); o procurador Francisco Lopes na Procuradoria Geral do Estado (PGE); a advogada especialista em direito tributário e auditoria ambiental, Mauren Lazzaretti na Secretaria de Meio Ambiente (Sema); o empresário Cesar Alberto Miranda Lima dos Santos Costa na Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec); o contador Basílio Bezerra na Secretaria de Planejamento e Gestão (Se-

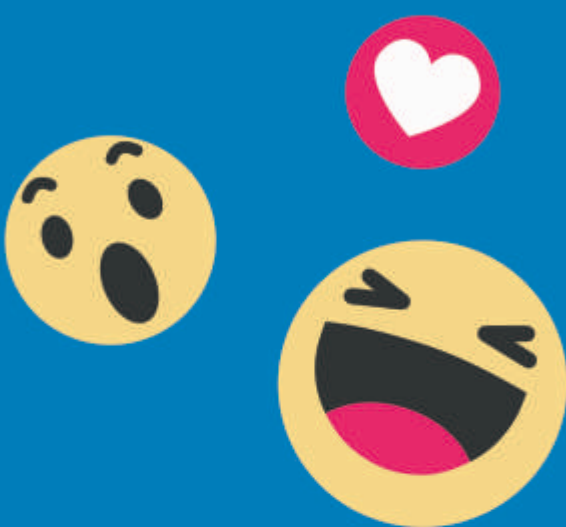
plag) e o professor de educação física Jefferson Neves na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (Secel); o tenente-coronel da PM, bacharel e mestre em direito Jordan Espíndola, no Gabinete de Governo.

O vice-governador, Otaviano Pivetta, que ocupou espaço estratégico na linha de frente da gestão na administração anterior, seguirá atuando como uma segunda locomotiva das ações neste segundo mandato de Mauro Mendes no comando do Governo mato-grossense. Com habilidade inata para articular ações em várias frentes e mobilizar equipes para executar projetos complexos, Pivetta é uma peça-chave da engrenagem que faz o sucesso da administração estadual em todo o que envolve ação política coordenada entre estado e municípios.

O vice-governador considera que os próximos quatro anos serão de grandes avanços para o estado em todas as áreas. "Contamos com uma equipe competente, com bastante experiência adquirida durante o nosso primeiro mandato. A responsabilidade agora é maior, mas estamos junto de Mauro Mendes para fazer o melhor pelo nosso Estado", afirmou.



A sua reação é importante para nossa redação



Jornal Popular Centro Oeste

///SIGA

Facebook: jcopopular
Instagram: grupo.milas



Acesse todos os sites do Grupo Milas e o nosso **Jornal Digital**

grupomilas.com.br



Gialianna Altimari

65 9.9641-0281
giu.megapop@gmail.com



OBSTÁCULOS E DIFICULDADES FAZEM PARTE DA VIDA. E A VIDA É A ARTE DE SUPERÁ-LOS. MESTRE DEROSE



Mãe de Marilza Moreira de Figueredo a querida D. Paulina completou 90 anos e a coluna deixa os parabéns



O casal mais querido do estado governador Mauro Mendes e Virginia Mendes em clique romântico nas férias em família.



Creusa Maria da Silva e Carmem Lucia Zeni Guimarães curtindo viagem badalada.



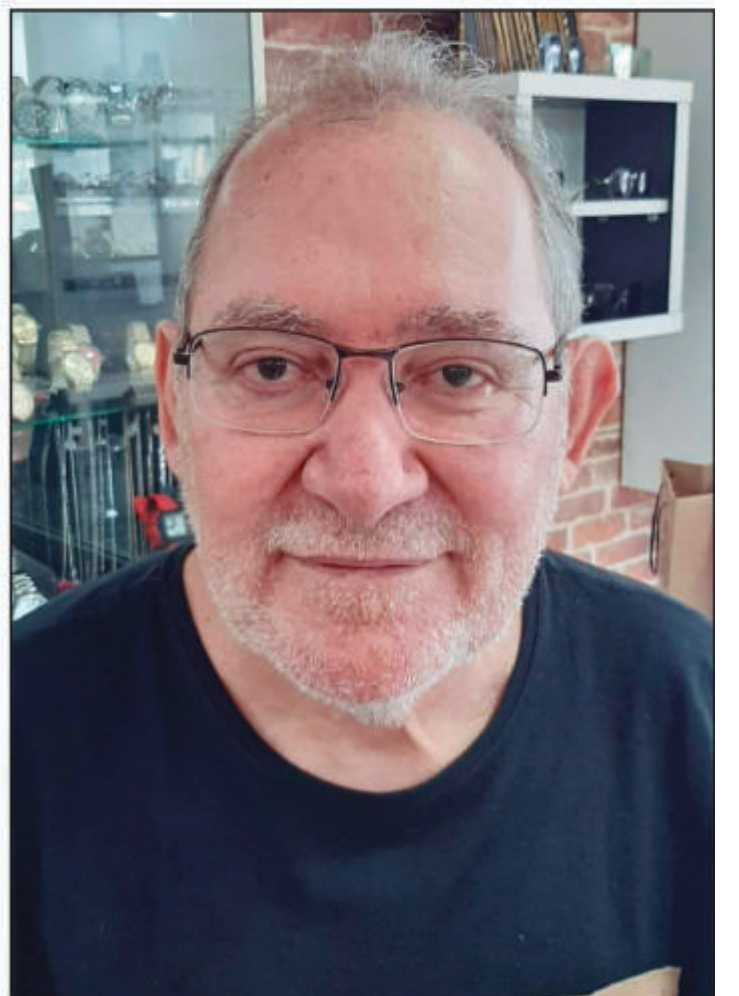
A coluna deixa um parabéns mais que especial para o aniversariante do mês Benedito Mansur.



A poetisa e artista plástica Gilda Portella e seu esposo o renomado advogado Dr. Dionildo Campos



Médico e poeta nosso querido Dr. Ivens Cuiabano Scaff



O competente e renomado jornalista Dr. Maurélio Menezes em momento de descontração.

Lawfare Descarado

Prefeito de Cuiabá sofre perseguição jurídica e política por parte do MPE

A série de ações baseadas em denúncias e suspeitas nunca provadas pelo Ministério Público Estadual contra a área de saúde e mesmo familiares de Emanuel Pinheiro não deixam dúvidas de que são feitas para constranger o prefeito cuiabano, adversário político do governador Mauro Mendes

Da Redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB) está sendo vítima de um evidente processo de lawfare movido pelo Ministério Público Estadual de Mato Grosso (MPEMT). Desde a sua eleição para o primeiro mandato, Pinheiro é alvo de severas denúncias e acusações nunca provadas pelo MPEMT, ora tendo como alvos secretários do município, ora familiares do prefeito como seu filho, deputado federal Emanuezinho (MDB), ora sua esposa, Márcia Pinheiro.

A última ação jurídica do MPE, a intervenção estadual na Secretaria Municipal de Saúde da capital fracassou. Por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a medida intervencionista foi suspensa na sexta-feira, 06. A ministra do STJ, Maria Thereza de Assis Moura, acolheu o recurso do Executivo cuiabano e cassou a liminar expedida pelo desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT), Orlando Perri no dia 28 de dezembro passado.

A intervenção na SMS foi mais uma da série de tentativas do MPE de inviabilizar jurídica e politicamente a administração do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB). Considerada pela ministra do STJ como “desproporcional”, “drástica” e “sem razoabilidade”, esta última ação do MPE veio coroar a sequência de acusações e suspeitas levantadas por procuradores do estado contra a gestão de Pinheiro nos últimos anos sem que tenham sido apresentadas quaisquer provas das mesmas.



O prefeito Emanuel Pinheiro tem apontado de forma reiterada a parcialidade do MPE nas ações que move contra sua gestão

Diante do evidente lawfare, o prefeito pretende acionar judicialmente os responsáveis pelos danos causados pela intervenção. Pinheiro aponta o Governo do Estado, na pessoa do chefe do Executivo, Mauro Mendes (UB), como responsável direto pelos abusos e danos cometidos durante a intervenção na Secretaria Municipal de Saúde (SMS). O prefeito quer ainda a esponsabilização criminal do interventor Hugo Felliipe Lima, que é Procurador do Estado, e dos demais membros da sua equipe.

Uma das primeiras medidas judiciais será uma interpelação criminal para que membros do Gabinete de Intervenção comprovem, de forma inequívoca, as acusações feitas contra a Prefeitura de Cuiabá de que existiria um “rombo” de mais de R\$356 milhões nas contas da SMS.

“Já encaminhei o pedido à Procuradoria Geral do Município, para que adote as providências judiciais e criminais contra o interventor e os co-interventores, para que provem as alegações feitas. Não queremos conversa fiada ou que coloque em um papel algo que não prova nada. Queremos uma comprovação com ba-

lanços e documentos criteriosos da existência desse débito, sob pena de interpretação criminal contra essas pessoas”, disse Emanuel.

Outra medida anunciada pelo prefeito foi a denúncia à Polícia Federal com pedido de perícia e abertura de investigação sobre o desaparecimento e integridade dos equipamentos de informática da SME, retirados da secretaria pelos interventores, uma vez que os mesmos foram adquiridos com recursos federais e são utilizados para a integração da rede de dados do sistema de saúde municipal com a rede do Ministério da Saúde.

Por determinação do prefeito, no último sábado, 07, a PGM requereu ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) que determine ao Governo do Estado de Mato Grosso a devolução dos equipamentos e documentos recolhidos da Secretaria Municipal de Saúde. Os equipamentos e documentos foram levados, de forma ilegal, pelo Governo do Estado na sexta-feira (06), depois que a liminar que autorizava a intervenção já havia sido cassada pelo Superior Tribunal de Justiça em Brasília, o que

segundo Emanuel Pinheiro, caracteriza a má fé da ação dos interventores.

Conforme se apurou após a saída dos interventores, foram levados da SMS 26 computadores, 4 NVRs (gravadores de imagens), 1 Analizer (firewall), vários HDs e do sistema de gravação de segurança. Além disso, na Empresa Cuiabana de Saúde Pública também foi registrada a ausência de um computador. A Secretaria Municipal de Ordem Pública de Cuiabá registrou um Boletim de Ocorrência sobre o caso.

MPE ignora caos na saúde do estado

O prefeito Emanuel Pinheiro tem apontado de forma reiterada a parcialidade do MPE nas ações que move sob o argumento de defesa do interesse da sociedade na área da saúde em Cuiabá. “O procurador José Antônio Borges, autor do pedido de intervenção, aliado com o Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindmed), trabalharam a mando político e eleitoral do atual governo. O MPE vem servindo politicamente de todos os meios, de todas as formas, ao atual governo do estado, tentando plantar algo contra nossa administração que não existe”, acrescentou o prefeito em entrevista após o anúncio da intervenção.

O prefeito destaca que Cuiabá sempre enfrentou dificuldades na área da saúde ocasionadas, em grande parte, pela ineficiência e incapacidade administrativa do estado da sua rede de atenção à saúde pública. Ainda hoje, apesar do estado possuir vários hospitais regionais, o que funciona mesmo em Mato Grosso é a famosa “ambulância terapia”, que despeja pacientes em Cuiabá às centenas diariamente.

É fato conhecido que os hospitais regionais não tem qualidade e nem capacidade de atendimento, assim como as redes ambulatoriais dos municípios do interior não atendem as suas demandas. “O MPE nunca se mexe para cobrar do estado e dos municípios do interior a melhoria efetiva das suas unidades e seus serviços de saúde.

Mas, cobra ferozmente que Cuiabá ofereça 24 por dia, 365 dias por ano, um atendimento de alto padrão no HMC, no Hospital São Benedito e em suas UPAs e policlínicas. Também não se interessa em exigir que o Estado mantenha em dia os repasses dos convênios e as transferências constitucionais da saúde para Cuiabá”, destacou o prefeito.

RIQUEZA MINERAL

Mato Grosso expande áreas de mineração e trona-se potência econômica

A expansão da mineração em Mato Grosso além de fomentar a economia mato-grossense, gera mais de mil empregos para os moradores da zona rural

Evelyn Souza | Da Redação

A mineração no estado do Mato Grosso está se desenvolvendo com o passar do tempo e atraindo diversas empresas para prospecção de diferentes tipos de minérios ao longo dos últimos anos. Algumas delas possuem requerimentos de pesquisa e até projetos que estão em fase de concessão de lavra.

Em 2021, Mato Grosso ficou em terceiro lugar com a maior extensão de área total minerada, com 25.495 hectares, de acordo com a pesquisa realizada pelo MapBiomas, através da análise de imagens de satélite com o auxílio de inteligência artificial. No mesmo ano, o Estado ocupou o primeiro lugar do ranking nacional em requerimentos de áreas minerais, rendendo investimento de R\$ 2 bilhões em projeto considerado um dos 10 maiores do mundo em zinco, no município de Aripuanã.



A parcela de participação de MT no setor de mineração é considerada pequena em relação a outros estados

A parcela de participação de Mato Grosso no setor de mineração é considerada pequena em relação a outros estados do Brasil, representada por um percentual inferior a 2%.

Em 2022, a Assembleia Legislativa do Mato Grosso aprovou a proposta do governo que prevê a taxação da atividade de mineração no estado, com a previsão de arrecadação de R\$ 158,8 milhões. O projeto começa a valer a partir de 1 de abril de 2023 e terá que ser revisto em 2024.

A lei, intitulada 'Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TRFM)' e o 'Cadastro Estadual de Controle e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (CERM)', inclui cobrança para todo tipo de extração de minério, independentemente da destinação.

Os valores serão cobrados com base na quantidade de minério explorado em relação à Unidade Padrão Fiscal de Mato Grosso (UPFMT), que em 2023 será R\$ 221,79.

Confira os valores para cada tipo de minério:

0,003 (três milésimos de inteiro) da UPFMT por tonelada de filito, gabro, granito e quartzito; 0,25 (vinte e cinco centésimos de inteiro) da UPFMT por tonelada de mármore; 0,003 (três milésimos de inteiro) da UPFMT por tonelada de rocha ornamental; 0,005 (cinco milésimos de inteiro) da UPFMT por tonelada de laterita; 0,005 (cinco milésimos de inteiro) da UPFMT por quilograma de cassiterita; 0,005 (cinco milésimos de inteiro) da UPFMT por quilate de diamante industrial; 0,032 (trinta e dois milésimos de inteiro) da UPFMT por quilate de diamante; 0,015 (quinze milésimos de inteiro) da UPFMT por grama de ouro; 0,082 (oitenta e dois milésimos de inteiro) da UPFMT por tonelada de concentrado de minério de ferro; 0,05 (cinco centésimos de inteiro) da UPFMT por tonelada de concentrado de minério de manganês; 0,43 (quarenta e três centésimos de inteiro) da UPFMT por quilograma de prata; 0,854 (oitocentos e cinquenta e quatro milésimos de inteiro) da UPFMT por tonelada de concentrado de minério de chumbo; 0,326 (trezentos e vinte e seis milésimos de inteiro) da UPFMT por tonelada de

concentrado de minério de zinco; 1,876 (um inteiro e oitocentos e setenta e seis milésimos) da UPFMT por tonelada de concentrado de minério de cobre; 0,117 (cento e dezessete milésimos de inteiro) da UPFMT por tonelada de concentrado de minério de titânio; 2,742 (dois inteiros e setecentos e quarenta e dois milésimos) da UPFMT por tonelada de concentrado de minério de níquel.

Sobre infração, a Lei é clara: "constitui infração, para os efeitos desta Lei, toda ação ou omissão que importe inobservância de seus termos, bem como de seu regulamento ou de normas complementares a ela pertinentes, pelo contribuinte ou responsável, ficando sujeito às seguintes penalidades, exigidas mediante lançamento de ofício: multa de 20% (vinte por cento) do valor da TRFM devida ao contribuinte que deixar de apurar, recolher e/ou recolher valor a menor do que o devido".

A expansão da mineração em Mato Grosso além de fomentar a economia mato-grossense, gera mais de mil empregos para os moradores da zona rural.

CUIABÁ MAIS LIMPA

“Teremos mais eficiência no desenvolvimento das atividades”, diz diretor-geral da Limpurb

Limpurb inicia 2023 com aperfeiçoamentos de mão-de-obra e maquinário

■ Evelyn Souza | Da Redação

A Empresa Cuiabana de Zeladoria e Serviços Urbanos (Limpurb) inicia o ano de 2023 com mais de dez novos projetos que visam melhorar os serviços de zeladoria em Cuiabá. Entre os projetos está a renovação da frota de veículos. “Já tivemos a maior parte renovada, em principal as vans que levam os trabalhadores ao local de trabalho, pois eram veículos antigos que apresentavam problemas diariamente. E hoje os nossos servidores se deslocam em segurança, assim dando mais eficiência no desenvolvimento do trabalho”, completou o diretor-geral da Limpurb, Júnior Leite.

Ainda segundo o diretor-geral da Limpurb, em março deste ano deverá ocorrer um leilão de forma online dos veículos que foram trocados. “No cronograma da renovação está previsto a realização de um leilão dos veículos antigos, em março deste ano. Assim, passando a receber a frota zero quilômetros, dando eficácia na parte de limpeza urbana na capital. Além disso, haverá a modernização de todos os equipamentos que dará agilidade na prestação de serviços aos cidadãos cuiabanos”.

O segundo projeto de maior expectativa de melhorar a vida da população cuiabana desenvolvido pela Limpurb, é a renovação da iluminação pública, que trocará as lâmpadas incandescentes por lâmpadas LEDs.



Os caminhões são zero km e atendem de forma completa as necessidades de limpeza tanto do perímetro urbano quanto da zona rural

“Estamos com o plano de modernização na iluminação pública, fazendo a troca de todo o parque de iluminação da cidade por lâmpadas de LED. A troca deve começar em abril com força total para que possamos seguir no cronograma de um e meio fazer 70% da troca total da iluminação da cidade por lâmpadas de LED”, disse.

Atualmente 80 reeducandos encontram-se empregados pela Prefeitura de Cuiabá pela Fundação Nova chance (Funac), que atua em serviços urbanos como limpeza de espaços públicos, jardinagem, poda e capina-gem. Há custodiados na Penitenciária Central e Penitenciária Feminina trabalhando. Cada reeducando que trabalha recebe um salário

mínimo pela atividade. Deste valor, no caso de quem está no regime fechado, tem uma parte entregue à família, outra, custeia pequenas despesas que o reeducando possa ter e uma terceira parte do valor vai para uma conta poupança, que só poderá ser resgatada quando a pessoa ganhar liberdade.

“A parceria com a Funac continua este ano, e a Limpurb conta 80 reeducandos entre mulheres e homens, que trabalham em horário comercial e a noite voltam para a penitenciária”, informou.

Em 2022, a Empresa Cuiabana de Zeladoria e Serviços Urbanos atendeu cerca de 230 bairros pelo programa cata-treco e de acordo com



O segundo projeto de maior expectativa de melhorar a vida da população cuiabana desenvolvido pela Limpurb, é a renovação da iluminação pública, que trocará as lâmpadas incandescentes por lâmpadas LEDs

o calendário mais de 200 bairros deverão ser atendidos neste ano.

“Cuiabá tem mais de 400 bairros, atendemos cerca de 230 em 2022 com o programa cata-treco e neste atenderemos o restante, assim cumprindo o cronograma. Ou seja, o projeto Cata-treco é um programa que deu certo, pois evita que a população descarte em lugares inapropriados objetos que não utilizam mais, já que eles podem entrar em contato com a Limpurb para fazer a retirada e fazer o descarte de forma adequada. Contávamos com quatro caminhões no projeto e este ano colocaremos mais um, passando a ser cinco veículos para atender as demandas da população”, completou.

JANEIRO VERDE

HPV provoca 70% dos casos de câncer de colo do útero no país

■ | Da Redação com Assessoria

Frequentemente assintomático nos estágios iniciais, o câncer de colo do útero é o terceiro mais incidente entre as mulheres no Brasil e deve registrar, em 2023, cerca de 17 mil novos casos no país. Quando diagnosticado precocemente, chega a ter 90% de chance de cura, mas o ideal é evitá-lo, medida possível, principalmente, graças à vacina contra o HPV. Disponível no Sistema Único de Saúde e na rede privada, ela segue no topo do ranking dos aliados da saúde da mulher, visto que 70% dos casos da doença são causados pelo Papiloma Vírus Humano, segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca).

“É muito positivo o fato do acesso à vacina, sobretudo na rede pública, ter aumentado nos últimos anos. É uma conquista!”, declara a cirurgiã oncológica **Danielly Gobbi**, que atua na Oncomed-MT, em Cuiabá.

Atualmente, o imunizante está disponível para meninas de 9 a 14 e meninos de 11 a 15 anos, gratuitamente, nos postos de saúde. Para pessoas com HIV ou que tenham sido submetidas a transplantes, a disponibilidade é mais abrangente (mulheres de 9 a 45 anos e homens de 9 a 26 anos), e isto inclui pacientes oncológicos. “É sempre importante lembrar que, no caso de pacientes imunodeprimidos, o uso da vacina deve ser feito mediante indicação médica”, observa.

A cirurgia oncológica destaca, ainda, que o HPV pode provocar, além do colo do útero, tumores na vagina, vulva, ânus, pênis, boca e garganta. O HPV - Papiloma Vírus Humano é transmitido por meio do contato direto com a pele ou mucosa infectada, sendo que a principal forma de contágio é pela via sexual.

Papanicolau

Assim como em todos os cânceres, os tumores de colo do útero apresentam elevados índices de cura quando detectados no começo. Neste sentido, além da vacina contra o HPV, a consulta periódica com o ginecologista também é fundamental à saúde feminina. “O exame Papanicolau, que integra os procedimentos das consultas ginecológicas anuais, deveria ser feito regularmente a partir do momento em



que se inicia a vida sexual. Neste aspecto, a saúde brasileira precisa avançar, adequando as indicações da realização do exame, que hoje é recomendando, apenas, para idade superior aos 25 anos”, pontua a médica.

Sinais e sintomas

O câncer de colo do útero costuma não apresentar sinais na fase inicial. Quando os sintomas aparecem, os mais importantes são sangramento vaginal (principalmente depois de relações sexuais, após a menopausa ou no intervalo entre as menstruações) e corrimento vaginal de cor escura e forte odor.

Tratamento

A linha a ser adotada deve considerar as condições de cada mulher. O tratamento do câncer de colo do útero pode ser composto por cirurgia, radioterapia e quimioterapia, e os procedimentos a serem utilizados levam em consideração o estágio da doença, a idade e a saúde da paciente.

CADA ATUAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA É MAIS UMA CONQUISTA PRA VOCÊ.

ESPAÇO CIDADANIA — 13.020 ATENDIMENTOS, EMISSÃO DE DOCUMENTOS E CERTIDÕES.

A ALMT trabalhou em 2022 para garantir que todos em Mato Grosso tenham seus direitos ampliados e garantidos. Criar leis, fiscalizar e representar você é o que nos move sempre.

303 LEIS ORDINÁRIAS
41 LEIS COMPLEMENTARES
591 RESOLUÇÕES
4 EMENDAS CONSTITUCIONAIS
74 SESSÕES PLENÁRIAS

ALMT
Assembleia Legislativa
Partido de você pelo e para o Mato Grosso

ACESSO GRATUITO ÀS COMISSÕES DA ALMT